



**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS (DIEESE)**

NOME DO PROJETO:

**POLÍTICA DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL NO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

PROJETO: BRA/05/033

Relatório de Andamento da Atividade 1 do Subproduto 2.1

Contrato no. 2006/47-2861

DEZEMBRO DE 2006

Projeto: BRA/05/033

Contrato nº 2006/47-2861

**Contratado: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos -
DIEESE**

Período: outubro/novembro/dezembro

SUMÁRIO

Apresentação	04
1. Histórico das políticas públicas de emprego, trabalho e renda	06
2. Principais linhas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda	11
2.1. Qualificação Profissional (Certificação)	11
2.2 Intermediação de Mão-de-Obra	12
2.3 Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado	13
2.4 Seguro-Desemprego	14
3. Atividades desenvolvidas no âmbito do contrato nº 2006/47-2861	16
Anexo I – Levantamento das fontes de dados	18
Anexo II – Resolução 466, de 21 de dezembro de 2005	64

APRESENTAÇÃO

O esforço na formulação de políticas públicas de emprego, trabalho e renda de forma sustentável em substituição aos enfoques redistributivos, compensatórios e de curto prazo, com abordagens mais ajustadas à dinâmica do setor produtivo e à realidade do mercado de trabalho local, tem mobilizado os atores sociais em decorrência das transformações que afetaram o mercado de trabalho a partir da constituição de uma complexidade rede de relações trabalhistas, em que o emprego assalariado vai perdendo o posto de ocupação principal do fator trabalho.

No Brasil, as experiências de formulação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, são recentes e apresentam diversas dificuldades no plano de sua formulação e execução. Entender o desenvolvimento desse processo permite verificar que se trata de um processo em construção, conforme exposto no item “Histórico das Políticas Públicas de Emprego e Renda no Brasil”.

É nesse contexto que o projeto BRA/05/033 – Políticas de Ocupação e Renda e Desenvolvimento Sustentável no Município de São Paulo, para a implantação do Observatório do Mercado de Trabalho do Município, enquanto uma opção de método para a produção de análises, desenvolvimento de instrumentos que permitam o monitoramento e a avaliação sistemática da situação de ocupação e renda no Município de São Paulo, é realizado em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

De modo geral, as dificuldades que se apresentam na definição de políticas de curto, médio e longo prazo, resultam da constatação da existência de fragmentação e insuficiência de informações sobre o setor, de análises sistemáticas sobre as tendências em razão de mudanças no mercado de trabalho, cujas influências decorrem de eventos macroeconômicos internos ou externos, dos rearranjos produtivos ou pela evolução tecnológica.

A prestação de serviços definida no Termo de Referência do Contrato No. 2006/47-2861 deve resultar na implantação do Observatório do Trabalho. Caberá ao observatório a tarefa de instrumentalizar os tomadores de decisão, a partir da identificação, caracterização, análise crítica dos fenômenos observados, enfatizando a percepção, orientação e expectativas de cada um desses atores.

De acordo com o Plano de Trabalho, constante do Anexo 2, do Termo de Referência, a atividade 1, do subproduto 2.1., com prazo de entrega no terceiro mês da assinatura do contrato, o objetivo deste relatório é a identificação das diversas fontes de informações nacionais e internacionais como primeiro passo para a agregação, estabelecimento de séries históricas e comparações entre segmentos do mercado de trabalho, áreas geográficas etc., necessárias às avaliações do setor e das intervenções feitas para sua melhoria pelos setores público, privado ou por organizações do terceiro setor.

Desse modo procurou-se identificar as diversas fontes de informações que trata do tema Mercado de Trabalho, a partir das seguintes especificações:

- tema;
- grande grupo;
- forma de apresentação;
- localização;
- periodicidade;
- período da série;
- abrangência geográfica;
- tipos de indicadores;
- níveis de desagregação;
- observações gerais.

1. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

No Brasil, as experiências de formulação de políticas públicas de emprego, trabalho e renda são recentes e constituídas de forma mais articulada a partir da Lei 7.998/90 que regulamentou o Seguro-desemprego e instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. A partir do FAT se viabilizaram vários programas que atualmente estão integrados no âmbito das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda.

Contudo, é possível identificar que a criação do Programa de Integração Social-PIS, no terceiro trimestre de 1970 representa o primeiro passo para a geração de recursos que financiarão os programas de enfrentamento das questões relativas ao desemprego.

O segundo passo foi a criação do Sistema Nacional de Emprego – SINE com objetivo de: organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização da política de emprego, em nível local, regional e nacional; implantar serviços e agências de colocação em todo o País, necessários à organização do mercado de trabalho; identificar o trabalhador, por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social, como participante da comunidade brasileira de trabalho; propiciar informação e orientação ao trabalhador quanto à escolha de emprego; prestar informações ao mercado consumidor de mão-de-obra sobre a disponibilidade de recursos humanos; fornecer subsídios ao sistema educacional e ao sistema de formação de mão-de-obra para a elaboração de suas programações; e, estabelecer condições para a adequação entre a demanda do mercado do mercado de trabalho e a força de trabalho em todos os níveis de capacitação. Atualmente o Sistema de Intermediação de Mão-de-Obra está implantado em diversos estados, com gestão descentralizada, constituindo-se num importante instrumento público de intermediação de mão-de-obra.

O terceiro passo veio em 1990, com a regulamentação do seguro-desemprego e a criação do FAT. Constituído no âmbito de um sistema de proteção social do trabalhador, o seguro-desemprego, com previsão constitucional expressa desde 1967, (art. 158, XVI) é incorporado em lei de 1986 - Plano Cruzado.

A Constituição de 1988 mantém a garantia do seguro-desemprego, enquanto forma de proteção social ao trabalhador com despedida imotivada, garantindo a gestão tripartite e paritária para os programas de enfrentamento do desemprego.

Os anos 90 é o marco da regulamentação do programa, que alicerçado na Lei do seguro-desemprego, cria as condições objetivas para a construção de um sistema público que busque atender de forma integrada o trabalhador despedido de forma involuntária, com políticas voltadas à sua formação profissional, políticas facilitadoras de recolocação no mercado de trabalho formando assim as bases para a constituição de um Sistema Público de Emprego e Renda.

No mesmo período é criado o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao trabalhador – CODEFAT, com gestão tripartite e paritário objetivando a democratização da gestão dos recursos do FAT. A partir desse paradigma, são criados conselhos nas unidades federativas que fazem a gestão dos recursos oriundos do FAT, bem como no âmbito municipal, respectivamente os Conselhos Estaduais e Municipais de Emprego.

Em 1994, há uma expansão na definição das políticas de atendimento à formação profissional a partir da expansão do atendimento a todos os trabalhadores independentemente de seu vínculo com o mercado formal de trabalho.

Ampliando as políticas públicas de geração de emprego e renda, neste mesmo ano é criado o Programa de Geração de Renda – PROGER, que utiliza o microcrédito como política pública alternativa de emprego e renda, diante dos elevados índices de desemprego e da ampliação da economia informal nos grandes centros urbanos.

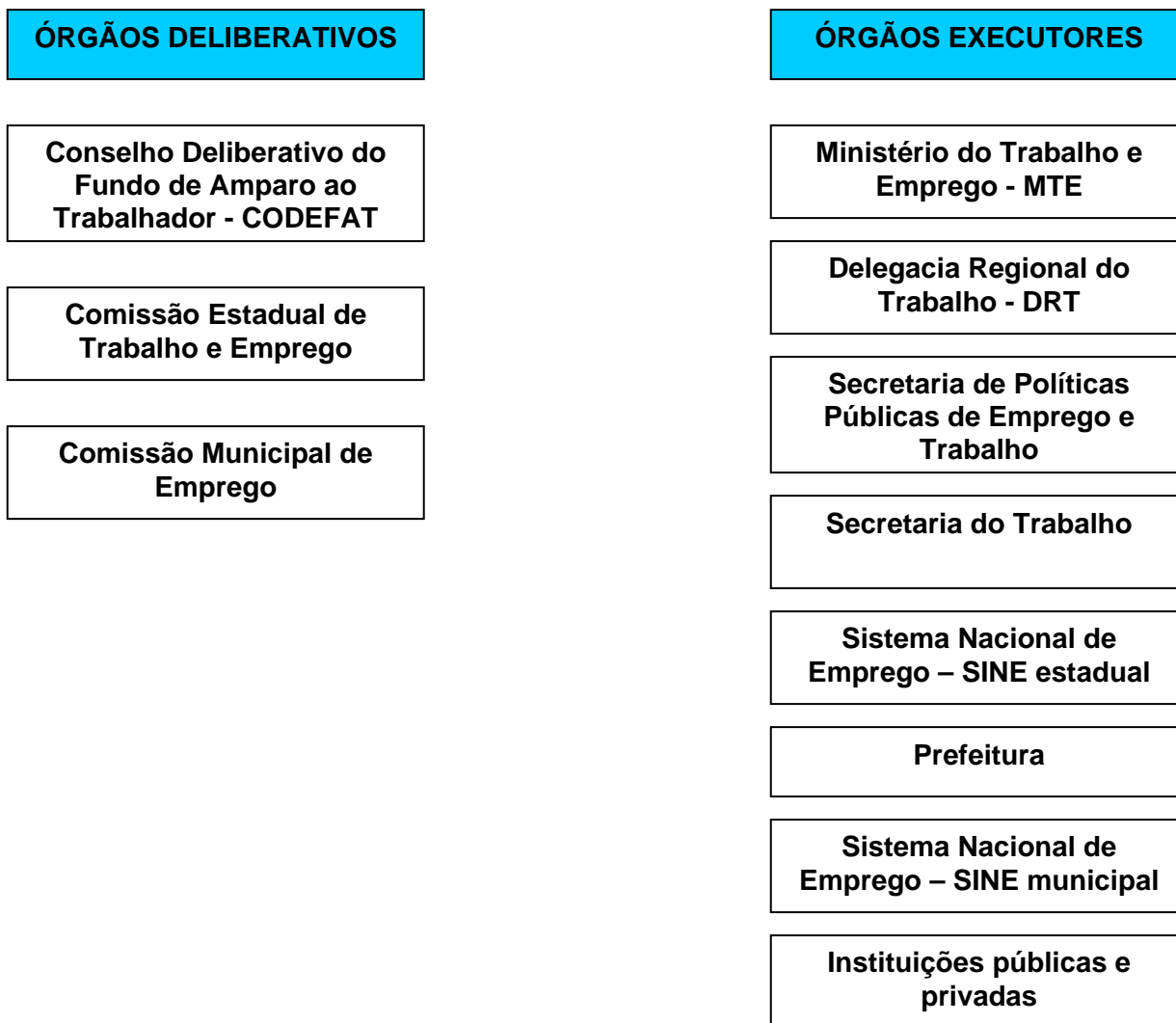
Para atendimento da economia familiar rural é criado o Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF.

Em 1996, com a constituição do Plano Nacional de Formação – PLANFOR ampliou a cobertura no atendimento à formação do trabalhador, como modelo de ampliação das condições efetivas de inserção e reinserção no mercado de trabalho.

Em 2002 é o início da construção de um Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda. Em 2005, a partir da interação dos diversos atores sociais envolvidos na gestão e execução de políticas públicas, construiu-se um arcabouço institucional, a partir do Convênio Único, visando a integração das funções e ações do Sistema no território (Organograma).

Organograma:

SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO TRABALHO E RENDA



PROGRAMAS

Seguro Desemprego	Orientação profissional	Intermediação
	Qualificação profissional e social	Microcrédito
	Certificação	Informações do mercado de trabalho

2. PRINCIPAIS LINHAS DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

2.1. Qualificação Profissional (Certificação)

Constituição: A Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003. Institui o Plano Nacional de Qualificação - PNQ e estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT ao PNQ.

Objetivo: Promover a qualificação social e profissional, a certificação e a orientação dos trabalhadores, priorizando as pessoas discriminadas no mercado de trabalho por questões de gênero, etnia, idade e/ou escolaridade. Articula-se às políticas de educação, desenvolvimento e inclusão social, a fim de fortalecer a probabilidade de acesso e permanência do trabalhador no mundo do trabalho. Decorre do antigo PLANFOR, reformulado como Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Descrição: O PNQ atua basicamente através de três tipos de instrumentos: Planos de Qualificação Territorial (PlanTeQ), em convênio com estados e, desde 2004, também com municípios ou consórcios inter-municipais; Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs), para desenvolver metodologias em qualificação profissional, em convênio com instituições de educação profissional e centrais sindicais; e Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQ), para atender demandas de qualificação em cadeias produtivas e setores específicos de atividade econômica, em parceria em entidades públicas e privadas.

Público-Alvo: Trabalhadores desocupados, com prioridade de acesso para populações mais vulneráveis econômica e socialmente, por fatores como renda baixa, baixa escolaridade e/ou discriminação de gênero, raça/etnia, idade, deficiência etc.

Órgãos Executores: O PNQ é executado de modo descentralizado, mediante convênios com as Secretarias Estaduais de Trabalho e, desde 2004, também com municípios ou consórcios inter-municipais; para os ProEsQ, convênios com instituições de educação profissional e centrais sindicais; para os PlanSeQ, convênios com entidades públicas e privadas.

2.2 Intermediação de Mão-de-Obra

Constituição: Decreto Nº. 76.403 de 08 de outubro de 1975.

Objetivo: Colocação ou recolocação do trabalhador no mercado de trabalho, de forma ágil e não onerosa, buscando reduzir os custos e o tempo de espera, tanto para o trabalhador como para o empregador. Esta ação atualmente integra o Programa Integração das Políticas Públicas de Emprego e representa uma das linhas básicas do Sistema Nacional do Emprego (SINE).

Descrição: O SINE compatibiliza as informações sobre os trabalhadores que chegam às suas unidades em busca de emprego e as informações sobre os requisitos necessários para preencher as vagas dos postos disponíveis no Sistema. As principais ações são: inscrição dos trabalhadores nos postos de atenção, captação de oportunidades de trabalho junto aos empregadores, e colocação dos trabalhadores no emprego.

Público-Alvo: Trabalhadores dispensados do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso e aqueles à procura de postos de trabalho.

Órgãos Executores: Postos de atendimento do SINE – Sistema Nacional de Emprego, através de convênios de apoio técnico-financeiro com as Secretarias Estaduais de Trabalho e órgãos municipais de algumas cidades brasileiras, bem como com organizações sem fins lucrativos.

2.3 Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado

Constituição: Instituído pela Lei Nº. 11.110 de 25 de abril de 2005.

Objetivo: Os objetivos do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado são incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado, oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Descrição: O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado que o atendimento ao empreendedor deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento; o contato com o empreendedor deve ser mantido durante o período do contrato de acerto, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este. São recursos destinados ao programa os provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e da parcela dos recursos de depósitos a vista destinados ao microcrédito.

Público-Alvo: No âmbito do PNMPO, são considerados micro-empreendedores populares as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60 mil. Já o microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras desse público, mediante utilização de metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

Órgãos Executores: Para subsidiar a coordenação e a implementação do Programa, foi criado o Comitê Interministerial do PNMPO, que é composto por representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

2.4 Seguro-Desemprego

Constituição: O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social, garantido pelo art.7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal e tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente. Embora previsto na Constituição de 1946, foi introduzido no Brasil no ano de 1986, por intermédio do Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986 e regulamentado pelo Decreto n.º 92.608, de 30 abril de 1986. Após a Constituição de 1988, o benefício do Seguro-Desemprego passou a integrar o Programa do Seguro-Desemprego que tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, auxiliá-lo na manutenção e busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. O Programa foi criado por intermédio da Lei n.º. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que também deliberou sobre a fonte de custeio, com a instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o que permitiu a definição de critérios de concessão do benefício mais acessíveis e mudanças substanciais nas normas para o cálculo dos valores do Seguro-Desemprego.

Objetivo: prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado sem justa causa, inclusive a indireta. São diversas modalidades do seguro-desemprego: formal, pescador artesanal (afastado da atividade laborativa por conta da decretação do defeso), empregada doméstica e bolsa qualificação (para trabalhadores afastados do trabalho por problemas financeiros da empresa).

Público-Alvo: Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove: I - ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa; II - ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses; III - não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº. 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº. 5.890, de 8 de junho de 1973; IV - não estar em gozo do auxílio-desemprego; e V - não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família. A partir de janeiro de 1999, também passa a ter direito o trabalhador, com contrato suspenso, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador (Bolsa Qualificação). Foram incluídos no programa o pescador artesanal, o trabalhador doméstico e o trabalhador resgatado da condição análoga de escravo.

Órgãos Executores: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO CONTRATO Nº 2006 / 47-2861

Com o reconhecimento da existência de uma grande variedade de fontes de informações sobre ocupação e renda no Município, o esforço inicial se concentrou no mapeamento das fontes de informação focalizando seu conteúdo, cobertura, formas de acesso e divulgação, bases conceituais e metodológicas, estrutura de bancos de dados, fontes e usos dessas informações pelas diferentes instituições e usuários. O resultado desse trabalho que se realiza na forma do subproduto 2.1, atividade 1, com prazo de execução no mês 3, é parte integrante do presente relatório.

A implantação física do projeto Observatório ocorreu no mês de outubro de 2006, quando a técnica do Dieese assume a função de coordenação e implantação do Observatório localizado nas instalações da Secretaria do Trabalho do Município de São Paulo.

A presença da técnica do Dieese, em tempo integral, na própria Secretaria, permite o contato direto com a equipe técnica da Secretaria do Trabalho, criando uma interação que permite uma melhor percepção das necessidades e expectativas dos atores de modo a instrumentalizá-los na tomada de decisões. Assim, a técnica do Dieese tem participado das reuniões de coordenação e dos eventos organizados pela Secretaria para que, além da compreensão das dificuldades que se apresentam na execução dos projetos, permite melhorar o conhecimento sobre os programas e necessidades locais.

Além da presença física na Secretaria do Trabalho há a mobilização da equipe do Dieese, responsável pelo projeto para o atendimento das necessidades do Observatório do Trabalho do Município de São Paulo.

Em permanente interação com o Assessor Técnico da Secretaria, a Técnica do Dieese vem analisando informações extraídas do banco de dados do Centro de Apoio ao Trabalho, tendo a partir do mês de dezembro acesso direto ao banco de dados do sistema SIGAE.

Somente com o envolvimento de toda a equipe integrante do Projeto BRA/05/033 é que foi possível a realização do primeiro produto conforme Plano de Trabalho, constante do Anexo 2 do Contrato de Prestação de Serviços nº 2006/47-2861.

ANEXO I

SUB-PRODUTO 2.1. Desenho de Indicadores sobre ocupação e renda

ATIVIDADE 1

Levantamento e análise dos conjuntos de indicadores sobre ocupação e renda utilizados nacional e internacionalmente

I

DIEESE/SEADE e Convênios Regionais

Criado pelo movimento sindical, em 1955, o DIEESE desenvolve atividades de pesquisa, assessoria, educação e comunicação em temas relacionados ao mundo do trabalho. A entidade faz pesquisas temáticas e permanentes. As temáticas são realizadas em função da necessidade de reunir conhecimentos sobre determinado tema, como por exemplo, reestruturação produtiva, distribuição de renda, terceirização e emprego, ou por solicitação das entidades sindicais para conhecer o perfil socioeconômico e a trajetória profissional de uma determinada categoria. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é um levantamento amostral domiciliar contínuo, que gera estatísticas sobre a inserção da população no mercado de trabalho urbano.

**Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED
(Subfonte)**

Tema	Mercado de Trabalho.
Grande grupo	Ocupação e rendimento.
Forma de apresentação	Tabelas na Internet e microdados.
Localização	www.dieese.org.br
Periodicidade	Mensal (trimestres móveis).
Período da série	RMSP: dados anuais a partir de 1985; DF: dados anuais a partir de 1992; RMPA: dados anuais a partir de 1993; RMBH: dados anuais a partir de 1996; RMS: dados anuais a partir de 1997; RMR: dados anuais a partir de 1998.
Abrangência geográfica	RMSP, DF, RMPA, RMBH, RMS e RMR.
Tipos de indicadores	Indicadores sobre a PIA, PEA, Ocupados, Desempregados e Inativos.
Níveis de desagregação	Para cada uma das regiões (exceto DF) é possível desagregar os dados em "capital" e "demais municípios da RM"; no caso da RMSP, também é possível a desagregação dos dados para a região do ABC.

II

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, a Fundação SEADE é hoje um centro de referência nacional na produção e disseminação de pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas. Entre as diversas áreas de atuação da instituição, as pesquisas de economia e de trabalho contribuem substancialmente para a construção de um levantamento sobre o mercado de trabalho em determinado setor. Na área econômica, os principais estudos realizados pela Fundação e que podem ser contribuições úteis são a Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP e a Pesquisa da Atividade Econômica Regional – PAER.

**Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP
(Subfonte)**

Tema	Atividade Econômica.
Forma de apresentação	Tabelas na Internet e microdados.
Periodicidade	Não tem periodicidade fixa.
Período da série	1996 e 2001
Abrangência geográfica	Estado de São Paulo.
Tipos de indicadores	Comércio Exterior, Dados Econômicos Gerais, Informações Patrimoniais, Inovação Tecnológica, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação.
Níveis de desagregação	Regiões do Estado de São Paulo.
Observações	A partir da base de microdados da pesquisa e controlando o erro amostral, existe a possibilidade da desagregação de algumas informações para alguns municípios do Estado de São Paulo.

III

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O IBGE é uma instituição da administração pública federal subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. É o principal provedor de dados e informações do país, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como de órgãos da esfera governamental. Tem como missão identificar e analisar o território nacional, realizar a contagem populacional, mostrar como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem. Realiza pesquisas importantes como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que é uma radiografia socioeconômica das famílias brasileiras.

**Censo Demográfico – CD
(Subfonte)**

Tema	Informações domiciliares, acesso a bens e serviços, mercado de trabalho, migração, educação, rendimento e demografia.
Grande grupo	Ocupação, rendimento e condições de vida.
Forma de apresentação	Publicação impressa e CD-Rom (16) ou DVD (2) com microdados a partir de 1980.
Localização	www.ibge.gov.br
Periodicidade	Decenal, salvo exceções (1991).
Período da série	1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.
Abrangência geográfica	Território Nacional.
Tipos de indicadores	Indicadores gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias e domicílios; composição e mobilidade populacional, situação do mercado de trabalho e rendimentos, condições de habitação e posse de bens duráveis.
Níveis de desagregação	Ufs e DF, Grandes Regiões e Municípios.
Observações	Existem problemas de comparabilidade de algumas informações que foram captadas apenas para alguns moradores apenas ou de mudança na formulação conceitual e de fluxo no questionário. É importante salientar que os microdados se referem apenas aos domicílios que responderam o questionário completo, ou seja, aproximadamente 10% do total de domicílios.

**Contagem Populacional – CP
(Subfonte)**

Tema	Demografia.
Grande grupo	Demografia, educação.
Forma de apresentação	Publicação impressa e CD-Rom com agregados municipais.
Localização	www.ibge.gov.br
Periodicidade	Decenal, devendo ser intercensais.
Período da série	1996, 2006 (não disponível).
Abrangência geográfica	Território Nacional.
Tipos de indicadores	Composição populacional e demográfica.
Níveis de desagregação	Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica, Microrregião Geográfica, Município (14 tabelas), Distrito (14 tabelas) e Bairro (1 tabela). Para o nível Bairro foram considerados aqueles oficialmente cadastrados no IBGE.
Observações	A Contagem Populacional é realizada nos períodos intercensais com o propósito de revisar as projeções populacionais até o nível municipal. Ela serve principalmente para corrigir os fatores de expansão das PNADs que utilizam as projeções populacionais conforme determinadas pelos Censos Demográficos do IBGE. A Contagem Populacional segue as recomendações dos institutos internacionais e portanto, passou a ser obrigatória a partir de 2000. Por motivos financeiros, a Contagem de 2006 foi realizada somente em municípios acima de 300 mil habitantes.

**Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF
(Subfonte)**

Tema	Informações de despesas e receitas das unidades de consumo – famílias; atualização de índices de preços.
Grande grupo	Despesas e receitas familiares, índices de preços.
Forma de apresentação	Publicação impressa e CD-Rom com microdados.
Localização	www.ibge.gov.br
Periodicidade	Decenal, mas sem regularidade fixa.
Período da série	1987-1988; 1995-1996 e 2002-2003.
Abrangência geográfica	Território Nacional em 2002-2003; RMs Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Município de Goiânia e Distrito Federal em 1987-1988 e 1995-1996.
Tipos de indicadores	Consumos alimentares e não-alimentares; despesas correntes; rendimentos; ativos e passivos.
Níveis de desagregação	Ufs e DF, Grandes Regiões e Território Nacional em 2002-2003; RMs Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Município de Goiânia e Distrito Federal em 1987-1988 e 1995-1996.
<p>Observações: Existem problemas de comparabilidade de algumas informações que foram captadas apenas em determinados casos. A POF está cada vez mais complexa e, portanto, captando cada vez mais as nuances da vida cotidiana das pessoas e famílias. Em termos de rendimentos, talvez seja a pesquisa mais completa do IBGE por acrescentar valores a itens considerados não-monetários. Deve-se ressaltar que em nome de uma cobertura nacional, o IBGE reduziu consideravelmente a amostra em algumas RMs. O IBGE pretende implementar um novo formato de POF a partir de 2007, com regularidade bienal num modelo de questionário mais simplificado. A informação é captada ao longo de um ano para melhor captar as informações sazonais. Uma outra limitação gira em torno do período de captação dos dados para uma mesma unidade de consumo – restrita a sete dias, sendo que nas duas primeiras POFs, esse período era de nove dias. Isso faz com que a quantidade de produtos adquiridas naquela semana seja mais reduzida do que nas POFs anteriores, mesmo tendo uma abrangência geográfica maior. Também são captadas despesas de 90 e 120 dias para alguns bens e serviços.</p>	

**Pesquisa Mensal de Emprego – PME
(Subfonte)**

Tema	Mercado de Trabalho.
Grande grupo	Mercado de Trabalho, Pobreza, Indigência, Rendimentos.
Forma de apresentação	Tabelas na Internet e microdados.
Localização	www.ibge.gov.br
Periodicidade	Mensal
Período da série	1980-hoje, com duas revisões: 1982 e 2002.
Abrangência geográfica	RM Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.
Tipos de indicadores	Indicadores sobre a PIA, PEA, Ocupados, Desempregados, Inativos e Rendimentos.
Níveis de desagregação	RM Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.
Observações	Pesquisa conjuntural do IBGE que divulga mensalmente uma taxa nacional. À diferença com a PED, do DIEESE, mede apenas o desemprego aberto, além de somente no período mais recente incorporar a questão de cor ou raça à metodologia. A quebra da série histórica em 2002 foi um marco para uma pesquisa de tão larga tradição.

**Pesquisa sobre Padrões de Vida – PPV
(Subfonte)**

Tema	Mercado de Trabalho, Condições de Vida.
Grande grupo	Mercado de Trabalho, Pobreza, Indigência, Rendimentos, Condições de Vida.
Forma de apresentação	Microdados.
Localização	www.ibge.gov.br
Periodicidade	Sem periodicidade.
Período da série	1996-1997 (levantamento anual).
Abrangência geográfica	Regiões Sudeste e Nordeste.
Tipos de indicadores	Indicadores sobre as condições de habitação, acesso a bens e serviços, atividade física da população, rendimentos, ocupação, escolaridade, saúde e segurança alimentar.
Níveis de desagregação	UF das Regiões Sudeste e Nordeste.
Observações	Apesar das limitações geográficas e da amostra reduzida, é um bom levantamento sobre acesso e utilização de serviços de saúde nas regiões abrangidas. Com essa base, o IPEA- Rio de Janeiro produziu diversos estudos sobre pobreza. Nessa pesquisa também foram averiguadas as condições da população sob os aspectos de realização de atividades físicas e verificando, parcialmente o que elas comiam.

**Estudo Nacional de Despesas Familiares – ENDEF
(Subfonte)**

Tema	Informações de despesas e receitas das unidades de consumo – famílias; construção de índices de preços; alimentação.
Grande grupo	Despesas e receitas familiares, alimentação.
Forma de apresentação	Publicação impressa sem disponibilização de microdados.
Localização	www.ibge.gov.br
Periodicidade	Predecessora da POF.
Período da série	1974-1975
Abrangência geográfica	RMs Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Município de Goiânia e Distrito Federal.
Tipos de indicadores	Consumos alimentares e não-alimentares; despesas correntes; rendimentos; calorias por alimentos.
Níveis de desagregação	RMs Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Município de Goiânia e Distrito Federal.
Observações	O ENDEF foi a pesquisa que na década de 70 deu origem aos índices de preços realizados pelo IBGE. A pesquisa foi inovadora também por calcular para mais de 1000 itens alimentares, as calorias e especificações dos produtos alimentares. O estudo também incluiu uma análise antropométrica da população, mas de pouca significação estatística e pouco utilizada. O fato de não existirem microdados desta pesquisa faz com que seja pouco utilizada pelos usuários.

**Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica – PINTEC
(Subfonte)**

Tema	Indústria
Grande grupo	Inovação tecnológica
Forma de apresentação	Tabela
Localização	www.ibge.gov.br
Periodicidade	a cada 3 anos
Período da série	2001/2004
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Numéricos
Níveis de desagregação	10 unidades da federação
Observações	Pesquisa amostral visa investigar a inovação tecnológica nas empresas industriais brasileiras, com dados de comparabilidade internacional.

**Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC
(Subfonte)**

Tema	Gestão Pública, Meio Ambiente, Finanças Públicas, Esporte.
Grande grupo	
Forma de apresentação	CD com a base de dados e banco de dados na Internet.
Periodicidade	Não tem periodicidade fixa.
Período da série	1998-2000 (Finanças Públicas); 1999 (Pesquisa de Informações Básicas Municipais); 2001 (Gestão Pública); 2002 (Gestão Pública); 2002 (Meio Ambiente); 2003 (Esporte); 2004 (Gestão Pública).
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Levanta informações sobre a oferta dos serviços municipais, finanças públicas, aplicação dos recursos, programas sociais, infra-estrutura urbana, estrutura administrativa e instrumentos de planejamento adotados.
Níveis de desagregação	Todos os municípios brasileiros.
Observações	1998-2000 (Finanças Públicas) - CD e Internet; 1999 (Pesquisa de Informações Básicas Municipais) - CD; 2001 (Gestão Pública) - Internet; 2002 (Gestão Pública) - CD e Internet; 2002 (Meio Ambiente) - Internet; 2003 (Esporte) - CD e Internet; 2004 (Gestão Pública) - CD e Internet.

**Economia Informal Urbana – ECINF
(Subfonte)**

Tema	Informalidade urbana.
Grande grupo	Pequenos empreendimentos informais.
Forma de apresentação	Publicação impressa (CD-Rom); microdados de 1997.
Localização	www.ibge.gov.br
Periodicidade	Não tem periodicidade determinada
Período da série	1997 e 2003
Abrangência geográfica	Território urbano nacional
Tipos de indicadores	Características dos pequenos empreendimentos, especialmente os que compõem o setor informal (receita, despesa, lucro e investimento); características complementares à regularização do empreendimento, ao acesso a serviços não-financeiros e crédito; pessoas ocupadas (rendimento médio, posição na ocupação, grau de instrução, grupos de idade) e características individuais dos proprietários (sexo, grupo de idade, nível de instrução, horas trabalhadas etc.).
Níveis de desagregação	Ufs e DF, Grandes Regiões e RMs de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, BH, Vitória, RJ, SP, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia
Observações	Pesquisa realizada em parceria com o SEBRAE

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD
(Subfonte)**

Tema	Mercado de trabalho, migração, educação e demografia.
Grande grupo	Ocupação, rendimento e condições de vida.
Forma de apresentação	Publicação impressa e CD-Rom com microdados.
Localização	www.ibge.gov.br
Periodicidade	Anual
Período da série	1967-2005
Abrangência geográfica	Território Nacional
Tipos de indicadores	Indicadores gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias e domicílios; composição e mobilidade populacional, situação do mercado de trabalho e rendimentos, condições de habitação e posse de bens duráveis.
Níveis de desagregação	Ufs e DF, Grandes Regiões e RMs de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, BH, RJ, SP, Curitiba e Porto Alegre.
Observações	Muito embora seja longo o período da série, há, dependendo do indicador escolhido, problemas de comparabilidade. A abrangência de todo o território nacional foi obtida em 2004.

**Produção Agrícola Municipal – PAM
(Subfonte)**

Tema	Produção agrícola
Forma de apresentação	Publicação impressa
Localização	www.ibge.gov.br
Periodicidade	Anual
Período da série	1990-2005
Abrangência geográfica	Nacional
Tipos de indicadores	Investiga mais de 60 produtos da lavoura (temporária e permanente): área colhida, área plantada, preço médio pago ao produtor, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção.
Níveis de desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Ufs e Distrito Federal, Meso e Microrregiões geográficas e Municípios.

**Pesquisa Industrial Anual – Empresa
(Subfonte)**

Tema	Indústria
Grande grupo	
Forma de apresentação	PDF e xls
Localização	http://www.ibge.gov.br/
Periodicidade	Anual
Período da série	1966-1995 e 1996-2004.
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	1. Pessoal ocupado e salários; 2. Receita líquida de vendas; 3. Outras receitas; 4. Custos e despesas; 5. Aquisições, melhorias e baixas de ativos tangíveis realizadas no ano.
Níveis de desagregação	Brasil e Grandes Regiões
Observações	Publicações complementares: Estatísticas do cadastro central de empresas (anual); Indicadores IBGE: pesquisa industrial mensal: emprego e salário; Indicadores IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física Brasil; Indicadores IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física regional; Pesquisa anual da indústria da construção; Pesquisa industrial: inovação tecnológica; Pesquisa industrial: produto (anual).

**Pesquisa Industrial Anual – Produto
(Subfonte)**

Tema	Indústria
Forma de apresentação	PDF e xls
Localização	http://www.ibge.gov.br/
Periodicidade	Anual
Período da série	1998-2004
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	1. Receita líquida de vendas de produtos e serviços industriais prestados pela unidade local; 2. Informações dos produtos produzidos e serviços industriais prestados pela unidade local; 3. Principais matérias-primas, materiais auxiliares e componentes consumidos na produção.
Níveis de desagregação	Brasil

**Pesquisa Anual da Indústria da Construção
(Subfonte)**

Tema	Indústria
Forma de apresentação	PDF e xls
Localização	http://www.ibge.gov.br/
Periodicidade	Anual
Período da série	1990-2004
Abrangência geográfica	Brasil
<p>Tipos de Indicadores: 1. aluguéis e arrendamentos (exclusive leasing); 2. aquisições (exceto leasing), produção própria e melhorias de ativos tangíveis; 3. ativo (total); 4. baixas (de ativos tangíveis); 5. benefícios concedidos aos empregados; 6. consumo de combustíveis e lubrificantes; 7. consumo de materiais de construção; 8. consumo intermediário (CI); 9. contribuições para a previdência privada; 10. contribuições para a previdência social; 11. custos das obras e/ou serviços da construção (total); 12. custos e despesas (total); 13. deduções; 14. demais custos e despesas operacionais; 15. depreciação, amortização e exaustão; 16. despesas com arrendamento mercantil (leasing); 17. despesas com propaganda pagas ou creditadas a terceiros; 18. despesas financeiras (inclusive factoring); 19. despesas não-operacionais; 20. FGTS; 21. fretes e carretos pagos ou creditados a terceiros; 22. gastos de pessoal (total); 23. impostos e contribuições incidentes sobre as vendas e serviços; 24. impostos e taxas; 25. indenizações trabalhistas (e por dispensas incentivadas); 26. materiais de construção consumidos; 27. melhorias realizadas no ativo imobilizado; 28. número médio no ano de pessoal ocupado; 29. obras e/ou serviços contratados a terceiros; 30. outras receitas operacionais; 31. outros custos e despesas (total); 32. pessoal ocupado (em 31.12); 33. pessoal ocupado assalariado ligado à construção; 34. pessoal ocupado assalariado não-ligado à construção; 35. pessoal ocupado não-assalariado; 36. prêmios de seguros (imóveis, veículos, etc.); 37. produção própria realizada para o ativo imobilizado; 38. proprietários e sócios; 39. receita bruta da locação de mão-de-obra; 40. receita bruta da revenda de imóveis; 41. receita bruta da venda de materiais de construção e demolição; 42. receita bruta de obras e/ou serviços da construção executados; 43. receita bruta de outras atividades; 44. receita bruta de serviços técnicos de escritório, de campo e de laboratório; 45. receita bruta total; 46. receita líquida; 47. receitas de arrendamento e aluguéis de imóveis, de equipamentos, etc.; 48. receitas de obras e/ou serviços da construção em outros países; 49. receitas de obras e/ou serviços da construção no exterior; 50. receitas de obras e/ou serviços da construção nos países do Mercosul; 51. receitas financeiras; 52. receitas não-operacionais; 53. resultados negativos de participações societárias e em sociedades em cota de participação; 54. resultados positivos de participações societárias e em sociedade em cota de participação; 55. royalties e assistência técnica; 56. salários, retiradas e outras remunerações (total); 57. salários, retiradas e outras remunerações do pessoal assalariado ligado à construção; 58. salários, retiradas e outras remunerações do pessoal assalariado não-ligado à construção; 59. salários, retiradas e outras remunerações do pessoal não-assalariado; 60. serviços de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos ligados à atividade, prestados por terceiros; 61. serviços prestados por terceiros; 62. terrenos; 63. valor adicionado; 64. valor bruto da produção (VBP); 65. valor das obras e/ou serviços da construção; 66. valor das obras e/ou serviços da construção - entidades privadas e/ou pessoas físicas; 67. valor das obras e/ou serviços da construção - entidades públicas; 68. valor das obras e/ou serviços da construção por tipos de obras e/ou serviços; 69. variações monetárias ativas; 70. variações monetárias passivas; 71. vendas canceladas e descontos incondicionais.</p>	
Níveis de desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

**Pesquisa Anual de Comércio
(Subfonte)**

Tema	Comércio
Forma de apresentação	PDF e xls
Localização	http://www.ibge.gov.br/
Periodicidade	Anual
Período da série	1988-2004
Abrangência geográfica	Brasil
<p>Tipos de Indicadores: 1. aquisições de ativos tangíveis; 2. baixas do ativo imobilizado/tangível; 3. benefícios concedidos aos empregados; 4. comissões pagas a representantes comerciais; 5. compras; 6. contribuições para a previdência privada; 7. contribuições para a previdência social; 8. custo das mercadorias vendidas; 9. deduções; 10. despesas com arrendamento mercantil (leasing) de máquinas, equipamentos e veículos; 11. despesas com condomínios; 12. despesas com serviços de comunicação; 13. despesas com depreciação e amortização; 14. despesas com fretes e carretos; 15. despesas com mão-de-obra contratada temporariamente junto a empresas locadoras de mão-de-obra; 16. despesas com outros serviços prestados por empresas; 17. despesas com publicidade e propaganda; 18. despesas financeiras; 19. despesas não-operacionais; 20. despesas operacionais; 21. estoques; 22. FGTS; 23. impostos e taxas; 24. indenizações por dispensa; 25. margem de comercialização; 26. membros da família; 27. métodos de valoração dos estoques; 28. outras provisões; 29. pessoal ocupado; 30. pessoal ocupado não-ligado à atividade comercial; 31. pessoal ocupado ligado à atividade comercial; 32. prêmios de seguros (imóveis, veículos, mercadorias etc); 33. proprietários ou sócios; 34. receita bruta; 35. receita bruta de revenda; 36. receitas de aluguéis de imóveis e equipamentos; 37. receitas financeiras; 38. receita líquida de revenda; 39. receita operacional líquida; 40. receitas não-operacionais; 41. resultado negativo em participações societárias; 42. resultado positivo em participações societárias; 43. royalties pelo uso de marcas, patentes e franquias; 44. salários, retiradas e outras remunerações; 45. serviços prestados por profissionais liberais ou autônomos (pessoas físicas); 46. serviços técnico-profissionais prestados por empresas; 47. sistema de comercialização em lojas, postos de combustíveis, boxes em mercados, depósitos, galpões, armazéns e salas; 48. sistema de comercialização em estabelecimentos em local fixo, fora de loja em estradas, praças, rodoviárias, tais como quiosques, traillers etc; 49. sistema de comercialização por correio; 50. sistema de comercialização porta a porta, postos móveis e ambulantes; 51. sistema de comercialização pela Internet; 52. sistema de comercialização por televendas; 53. taxa de margem de comercialização; 54. variações monetárias ativas; 55. variações monetárias passivas.</p>	
Níveis de desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

**Pesquisa Anual de Serviços
(Subfonte)**

Tema	Serviços
Forma de apresentação	PDF e xls
Localização	http://www.ibge.gov.br/
Periodicidade	Anual
Período da série	1998-2004
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	1. contribuições para a previdência social; 2. custo das mercadorias revendidas; 3. dados de regionalização; 4. deduções; 5. despesas financeiras e variações monetárias passivas; 6. despesas não-operacionais; 7. indenizações por dispensa; 8. membros da família; 9. mercadorias, materiais de consumo e de reposição utilizados na atividade específica, inclusive peças, acessórios e materiais para manutenção e reparação de bens; 10. outras receitas operacionais; 11. outros custos e despesas operacionais; 12. pessoal assalariado; 13. proprietários ou sócios; 14. receita bruta; 15. receita de prestação de serviços; 16. receita de revenda de mercadorias; 17. receitas financeiras e variações monetárias ativas; 18. receitas não-operacionais; 19. resultado negativo de participações societárias; 20. resultado positivo de participações societárias; 21. retiradas pró-labore; 22. salários e outras remunerações; 23. serviços prestados por terceiros.
Níveis de desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

**Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil
(Subfonte)**

Tema	Indústria
Forma de apresentação	doc e csv
Localização	http://www.ibge.gov.br/
Periodicidade	Mensal
Período da série	1970-2006
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	1. Índice de base fixa mensal (número-índice); 2. Índice mensal; 3. Índice acumulado no ano; 4. Índice acumulado nos últimos 12 meses.
Níveis de desagregação	Brasil

**Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física - Regional
(Subfonte)**

Tema	Indústria
Forma de apresentação	doc e csv
Localização	http://www.ibge.gov.br/
Periodicidade	Mensal
Período da série	1970-2006
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	1. Índice de base fixa mensal (número-índice); 2. Índice mensal; 3. Índice acumulado no ano; 4. Índice acumulado nos últimos 12 meses.
Níveis de desagregação	Unidades da Federação.

**Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário
(Subfonte)**

Tema	Emprego e salário
Grande grupo	Indústria
Forma de apresentação	doc e csv
Localização	http://www.ibge.gov.br/
Periodicidade	Mensal
Período da série	1968-2006
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	1. Pessoal Ocupado Assalariado (POA); 2. Admissões (ADM); 3. Desligamentos (DES); 4. Número de Horas Pagas (NHP); 5. Valor da Folha de Pagamento (VFP); 6. Taxa de Rotatividade (TxR); 7. Taxa de Admissão; 8. Taxa de Desligamento; 9. Taxa de Realocação.
Níveis de desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

**Produto Interno Bruto dos Municípios
(Subfonte)**

Tema	PIB
Grande grupo	Produto Municipal
Forma de apresentação	PDF e xls
Localização	http://www.ibge.gov.br/
Periodicidade	Irregular
Período da série	1996-2003
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	1. PIB; 2. PIB <i>per capita</i>
Níveis de desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios.

**Pesquisa Pecuária Municipal
(Subfonte)**

Tema	Produção
Grande grupo	Pecuária
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	http://www.sidra.ibge.gov.br
Periodicidade	Anual
Período da série	1990-2004
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Efetivo dos rebanhos; quantidade e valor dos produtos de origem animal.
Níveis de desagregação	Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios, mesorregião e microrregião.
Observações	A pesquisa disponível para download tem o nome de Produção da Pecuária Municipal e a que consta do Sidra traz a série histórica e se chama Pesquisa Pecuária Municipal.

IV

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

O INEP é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Para gerar seus dados e estudos educacionais o órgão realiza levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino como os Censos escolar e superior, que são coletas anuais com informações estatístico-educacionais.

Censo da Educação Superior (Subfonte)

Tema	Educação
Grande grupo	Educação Superior
Forma de apresentação	Tabela xls e pdf
Localização	http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp
Periodicidade	Anual
Período da série	1995 - 2004
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Matrículas; instituições; recursos humanos; cursos; processo seletivo; concluintes.
Níveis de desagregação	Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Censo Escolar (Subfonte)

Tema	Educação
Grande grupo	Educação Básica
Forma de apresentação	Tabela xls e pdf
Localização	http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp
Periodicidade	Anual
Período da série	1991 - 2005
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Matrículas; estabelecimentos; funções docentes; turmas; rendimento e movimento escolar; transportes.
Níveis de desagregação	Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios.
Observações	Os dados por município não se encontram na publicação para <i>download</i> , mas no Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar - 1997/2006.

**Sistema de Estatísticas Educacionais - Edudatabrasil
(Subfonte)**

Tema	Educação
Grande grupo	Educação
Forma de apresentação	Banco de dados; microdados
Localização	http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/
Periodicidade	Anual
Período da série	1999 – 2005
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Matrículas, concluintes, funções docentes, infra-estrutura das escolas, contexto sócio-econômico, condições de oferta, acesso e participação, eficiência e rendimento escolar, cursos, processos seletivos. Desagregados por: dependência administrativa, localização, séries, etc.
Níveis de desagregação	Unidades da Federação; municípios.

V

Ministério da Fazenda

O Ministério da Fazenda é o órgão que na estrutura administrativa da República Federativa do Brasil cuida basicamente da formulação e execução da política econômica. Subordinada ao Ministério está a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Tendo sido criada em 1986, constitui-se órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal, contendo estatísticas sobre finanças públicas no Brasil.

**Secretaria do Tesouro Nacional – STN
(Subfonte)**

Tema	Finanças (Dados Contábeis)
Grande grupo	
Forma de apresentação	Arquivos disponíveis em banco de dados na Internet .
Localização	www.stn.fazenda.gov.br
Periodicidade	Anual
Período da série	2002-2005 (vide observações)
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Receitas, Despesas, Ativo, Passivo.
Níveis de desagregação	Todos os municípios brasileiros.
Observações	Existem dados de 1989 até 2005; contudo, caso haja interesse nesta série histórica, há a necessidade de compatibilização dos indicadores.

VI

Ministério da Previdência Social

Uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A renda de transferida pela Previdência Social é utilizada para substituir a renda do trabalhador, quando ele perde a capacidade de trabalho, seja pela doença, invalidez, idade avançada, morte e desemprego involuntário, ou mesmo a maternidade e a reclusão. No Ministério há importantes informações na GFIP. Além de ser um cadastro de informações serve também como Guia de Recolhimento do FGTS. Portanto, a GFIP é um documento financeiro para a CAIXA e de informações sociais para a Previdência, CAIXA e Ministério do Trabalho. Para efeito de recolhimento de contribuições para a Previdência Social, é necessário utilizar a GRPS que é a Guia de Recolhimento.

**Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e de informações à
Previdência Social – GFIP
(Subfonte)**

Tema	Emprego
Grande grupo	Previdência
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	Não há divulgação. O uso é restrito aos Ministérios do Trabalho, da Previdência, e das unidades Federativas que operam o sistema de intermediação de mão-de-obra.
Periodicidade	Mensal
Período da série	Iniciada em 1999.
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	As empresas devem informar os vínculos, as remunerações e movimentações de seus trabalhadores. Quando se tratar de produtor rural deve informar ainda o valor da comercialização da produção rural. Os clubes devem informar a receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e as empresas que patrocinam clubes de futebol profissional devem, também, informar a despesa decorrente desses patrocínios. As empresas que manipulam produtos que possam ser nocivos à saúde do trabalhador devem informar os nomes dos trabalhadores que estão expostos a esses agentes.
Observações	O agente receptor da GFIP é a CAIXA Econômica Federal, que processa a informações e as repassa à DATAPREV que é a empresa de processamento de dados do Ministério da Previdência, responsável pelo Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. As informações da GFIP alimentam o banco de dados do CNIS. A GFIP além de ser um cadastro de informações serve também como Guia de Recolhimento do FGTS. Portanto, a GFIP é um documento financeiro para a CAIXA e de informações sociais para a Previdência, CAIXA e Ministério do Trabalho. Para efeito de recolhimento de contribuições para a Previdência Social, é necessário utilizar a GRPS que é a Guia de Recolhimento.

VII

Ministério da Saúde

É função do Ministério da Saúde dispor de todas as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, reduzindo as enfermidades, controlando doenças endêmicas e parasitárias, melhorando a vigilância à saúde e dando qualidade de vida ao brasileiro. O Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal em 1988, tem como princípio a democratização nas ações e nos serviços de saúde que deixaram de ser restritos e passaram a ser universais, da mesma forma que deixaram de ser centralizados. Para aprimorar e acompanhar as estatísticas do setor foi criado o DATASUS. Entre as suas principais linhas de atuação está a manutenção das bases nacionais do Sistema de Informações de Saúde.

**Banco de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS
(Subfonte)**

Tema	Socioeconômico
Grande grupo	Escolaridade
Forma de apresentação	Dados disponíveis em tabelas
Localização	www.datasus.gov.br
Periodicidade	Anual, por ocasião de recenseamento.
Período da série	1991/1996/2000
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Numéricos (quantitativos)
Níveis de desagregação	Municipal
Observações	Dados populacionais sobre alfabetização (1991/2002) e escolaridade podem ser desagregados por situação (urbana/rural, sexo, faixa etária).

**Banco de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS
(subfonte)**

Tema	Demografia
Grande grupo	População
Forma de apresentação	Tabela
Localização	www.datatasus.gov.br
Periodicidade	Anual
Período da série	1980-2006
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Numéricos
Níveis de desagregação	Municipal
Observações	Dados populacionais podem ser desagregados por situação (urbana/rural, sexo, faixa etária).

**Banco de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS
(Subfonte)**

Tema	Socioeconômico
Grande grupo	Saneamento
Forma de apresentação	Tabela
Localização	www.datasus.gov.br
Periodicidade	Anos de recenseamento.
Período da série	1991/2000
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Numéricos
Níveis de desagregação	Municipal
Observações	Dados populacionais e de domicílios sobre abastecimento de água, instalações sanitárias, e coleta de lixo.

**Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC
(Subfonte)**

Tema	Demografia
Grande grupo	Nascidos vivos
Forma de apresentação	Tabela
Localização	www.datasus.gov.br
Periodicidade	Anual
Período da série	Desde 1994
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Numéricos
Níveis de desagregação	Municipal
Observações	Dados de nascimentos como peso ao nascer, atributos pessoais do nascido (cor, sexo), características da mãe e do parto.

**Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
(Subfonte)**

Tema	Demografia
Grande grupo	Mortalidade
Forma de apresentação	Tabela
Localização	www.datasus.gov.br
Periodicidade	anual
Período da série	Desde 1979
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	numéricos
Níveis de desagregação	Municipal
Observações	Dados de óbitos (como causa da morte, pela CID10), atributos pessoais (cor, sexo, estado civil) e socioeconômicos (escolaridade).

**Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
(Subfonte)**

Tema	Demografia
Grande grupo	Morbidade hospitalar
Forma de apresentação	tabela
Localização	www.datasus.gov.br
Periodicidade	Anual e mensal
Período da série	Anual desde 1984 e mensal desde 1992.
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	numéricos
Níveis de desagregação	Municipal
Observações	Dados da morbidade (pela CID10), atributos pessoais (cor, sexo, idade) e informações sobre o estabelecimento de atendimento.

**Pesquisa Assistência Médico-Sanitária
(Subfonte)**

Tema	Socioeconômico
Grande grupo	Infra-estrutura de Saúde
Forma de apresentação	tabela
Localização	www.datasus.gov.br
Periodicidade	anual
Período da série	1981-1990/1992/ 1999/2002
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	numéricos
Níveis de desagregação	Municipal
Observações	Caracterização dos estabelecimentos de saúde (hospitalar, ambulatorial), serviços disponíveis, etc.

VIII

Ministério das Cidades

Combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte. Esta é a missão do Ministério criado em 2003. Compete tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito. O MCidades possui importantes sistemas de informações sobre saneamento (SNIS) e de indicadores urbanos (SNIU). O SNIS consiste em um banco de dados administrado na esfera federal e contém informações sobre a prestação de serviços de água e esgoto de caráter operacional, gerencial, financeiro, de balanço e sobre a qualidade dos serviços prestados. O SNIU é um sistema de processamento de dados referenciados geograficamente. Fornece elementos sobre todos os municípios brasileiros nos temas da habitação, saneamento ambiental, demografia, IDH etc.

**Sistema Nacional de Informações Urbanas – SNIU
(Subfonte)**

Tema	Diversos
Forma de apresentação	Programa disponível na internet
Localização	www.cidades.gov.br
Período da série	Depende do indicador
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Caracterização Municipal, Demografia, Perfil Sócio Econômico, Habitação, Saneamento Básico, Transporte Urbano, Gestão Urbana, Eleições.
Níveis de desagregação	Todos os municípios brasileiros.

**Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS
(Subfonte)**

Tema	Saneamento Básico
Grande grupo	
Forma de apresentação	Programa disponível na internet
Localização	www.snis.gov.br
Periodicidade	
Período da série	1995-2003
Abrangência geográfica	Brasil
Tipos de indicadores	Informações sobre água, esgotos e resíduos sólidos urbanos
Níveis de desagregação	Todos os municípios brasileiros

IX

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no país. Criado em 23 de janeiro de 2004, tem como importante atribuição coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Esse programa social integra o FOME ZERO, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. É possível obter informações sobre beneficiários por meio de solicitação à SENARC.

**Programa Bolsa Família – PBF
(Subfonte)**

Tema	Indigência; Pobreza; Políticas Sociais; Programa Bolsa Família.
Grande grupo	Beneficiários do Programa Bolsa Família.
Forma de apresentação	Disponibilização dos dados mediante solicitação à SENARC .
Localização	www.mds.gov.br
Periodicidade	Anualizado, desde 2001
Período da série	2001-2005
Abrangência geográfica	Território Nacional
Tipos de indicadores	Estimativas de pessoas e famílias beneficiárias do PBF em indigentes e pobres.
Níveis de desagregação	Municípios, UFs, Grandes Regiões e Nacional.
Observações	As estimativas a nível municipal da indigência e da pobreza para definição das diretrizes de políticas sociais voltadas para o Programa Bolsa-Família. As estimativas são realizadas pelo IPEA e IBGE para a SENARC-MDS. As estimativas se baseiam nas PNADs, com metodologia do IPEA, e antes de 2004, derivações para o nível municipal também da mesma instituição. As revisões das estimativas são necessárias para o cálculo do orçamento e de determinação de diretrizes a serem modificadas para o melhor funcionamento do programa.

X

Ministério do Trabalho e Emprego

O Ministério do Trabalho e Emprego tem sua área de competência os seguintes temas: políticas e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador; políticas de diretrizes para a modernização das relações de trabalho; fiscalização do trabalho; política salarial; formação e desenvolvimento profissional; segurança e saúde no trabalho, etc. É responsável por importantes estatísticas sobre o mercado de trabalho formal por meio da RAIS e CAGED. A RAIS, criada em 1975, possibilita a realização de tabulações estatísticas para a caracterização do mercado de trabalho. O CAGED, criado em 1965, serve como instrumento de acompanhamento e fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT.

**Sistema de Gestão de Ações de Emprego - SIGAE
(Subfonte)**

Tema	Emprego
Grande grupo	Políticas públicas de emprego
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	Acesso restrito e em alguns casos com conhecimento de linguagem SQL.
Abrangência geográfica	Brasil (apenas localidades onde existem os programas)
Tipos de indicadores	SIGAE-IMO (dados de pessoas à procura de emprego, e dados das empresas que demandam força de trabalho) e SIGAE – PNQ (dados de pessoas inscritas em cursos de qualificação): número de vagas ofertadas, escolaridade do trabalhador, atividade da empresa, setor, tamanho da empresa por número de trabalhadores, localidade de moradia do trabalhador, etc.
Observações	São dados declaratórios. As empresas declaram o CNPJ, atividade CNAE, endereço, a vaga, e o perfil desejado da mão-de-obra. O atendente dos postos de atendimento cadastra o trabalhador a partir dos documentos apresentados. No SIGAE-PNQ as informações são declaratórias e pela apresentação de documentos.

**Relação Anual de Informações Sociais - RAIS
(Subfonte)**

Tema	Emprego
Grande grupo	Políticas públicas de emprego.
Forma de apresentação	Banco de dados.
Localização	Acesso via contrato de fornecimento de CD pela Datamec, além de acesso através de cadastramento de senha no Ministério em www.mte.gov.br .
Abrangência geográfica	Brasil, UF e municípios.
Tipos de indicadores	Vínculos ativos em 31/12 de cada ano, segundo características pessoais (idade, sexo, tempo no emprego, escolaridade e nacionalidade) do trabalhador; do vínculo (tipo de vínculo, remuneração média no ano e em dezembro, jornada contratual) e do estabelecimento empregador (tamanho; natureza jurídica). Permite cruzamentos flexíveis entre as variáveis entre atributos do trabalhador, estabelecimento e área geográfica.
Observações	Trata-se de Registro Administrativo, com declaração direta pelo estabelecimento empregador, não tendo nenhum tratamento estatístico de controle. Por outro lado, tem caráter quase-censitário, com cobertura atual estimada em mais de 90% dos estabelecimentos. Importante: as informações se restringem ao pessoal assalariado com carteira e estatutários.

**Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED
(Subfonte)**

Tema	Movimento mensal de admissões e demissões.
Grande grupo	Políticas públicas de emprego.
Forma de apresentação	Banco de dados.
Localização	Acesso via contrato de fornecimento de CD pela Datamec, além de acesso através de cadastramento de senha no Ministério em www.mte.gov.br .
Abrangência geográfica	Brasil, UF e municípios.
Tipos de indicadores	Movimentação do pessoal, segundo características pessoais (idade, sexo, tempo no emprego) do trabalhador; do vínculo (tipo de vínculo, remuneração média no ano, em dezembro), do estabelecimento empregador (tamanho; natureza jurídica) e da movimentação (motivo). Permite cruzamentos flexíveis entre as variáveis entre atributos do trabalhador, estabelecimento e área geográfica.
Observações	Trata-se de Registro Administrativo, com declaração direta pelo estabelecimento empregador, não tendo nenhum tratamento estatístico de controle. Tem cobertura inferior à da RAIS e omissões de declaração podem restringir a desagregação em municípios com poucos estabelecimentos declarantes. As informações se restringem ao pessoal assalariado com carteira sob o regime de contratação CLT (exclui estatutários).

XI

Fontes Internacionais

Com a finalidade de comparar indicadores do Brasil com informações disponibilizadas por instituições internacionais, este capítulo reúne um conjunto de fontes produtoras de indicadores sociais.

**Banco Mundial
World Development Indicators**

Tema	Indicadores sociais.
Grande grupo	Condições de vida e saúde.
Forma de apresentação	Banco de dados.
Localização	http://devdata.worldbank.org/query/default.htm
Periodicidade	Anual
Período da série	1964 a 2005
Abrangência geográfica	Países selecionados.
Tipos de indicadores	População, PNB <i>per capita</i> , dívida externa, investimento, comércio internacional, taxa de desemprego, trabalho infantil, taxa de mortalidade infantil, acesso à água tratada, acesso a saneamento básico, etc.
Níveis de desagregação	Países selecionados.

**Organização das Nações Unidas (ONU)
Millennium Development Goals**

Tema	Indicadores sociais.
Grande grupo	Condições de vida e saúde.
Forma de apresentação	Banco de dados.
Localização	http://unstats.un.org/unsd/mi/mi.asp
Periodicidade	Anual
Período da série	1990 a 2004
Abrangência geográfica	Países selecionados.
Tipos de indicadores	Indicadores das condições de vida e saúde no país, divididos conforme as grandes metas da ONU de desenvolvimento, são elas: 1. Erradicação da pobreza e da fome extrema; 2. Conseguir a universalização da educação primária; 3. Promover a igualdade de gênero; 4. Redução da mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater a AIDS, malária e outras doenças; 7. Assegurar a sustentabilidade do meio ambiente; 8. Desenvolver a parceria global para o desenvolvimento.
Níveis de desagregação	Continentes, países selecionados, países desenvolvidos, países em desenvolvimento, etc.

**Organização das Nações Unidas (ONU)
World Population Prospects: The 2004 Revision**

Tema	Indicadores sociais.
Grande grupo	População
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	http://esa.un.org/unpp/index.asp?panel=2
Periodicidade	Anual
Período da série	1950 a 2050 (inclui estimativas e projeções).
Abrangência geográfica	Países selecionados.
Tipos de indicadores	População por sexo e cor; média de idade; taxa de crescimento da população; taxa de fertilidade; taxa de imigração, Expectativa de vida ao nascer, etc.
Níveis de desagregação	Países selecionados.

**Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
Productivity Database**

Tema	Mercado de trabalho
Grande grupo	Produtividade
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	http://www.oecd.org/statistics/productivity
Periodicidade	Anual
Período da série	1970 a 2005
Abrangência geográfica	Países da OCDE.
Tipos de indicadores	PIB; taxa de crescimento do PIB; média de horas trabalhadas; número de empregados; total de horas trabalhadas; produtividade do trabalho (PIB/ horas trabalhadas).
Níveis de desagregação	Países da OCDE.

**Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
Economic Outlook**

Tema	Mercado de trabalho
Grande grupo	Ocupação e rendimento
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	http://www.oecd.org
Periodicidade	Anual
Período da série	1995 a 2005
Abrangência geográfica	Países da OCDE.
Tipos de indicadores	Salários; produtividade do trabalho; emprego; desemprego; inflação.
Níveis de desagregação	Países da OCDE.

**Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
Labour Market Statistics – DATA**

Tema	Mercado de trabalho
Grande grupo	Ocupação, rendimento e despesa pública.
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	http://www1.oecd.org/scripts/cde/members/lfsdataauthenticate.asp
Periodicidade	Anual
Período da série	1968 a 2005
Abrangência geográfica	Países da OCDE.
Tipos de indicadores	População; força de trabalho; empregados; desempregados; grau de escolaridade; categoria de emprego; emprego por tempo de trabalho integral e parcial; emprego por tempo de permanência no trabalho; emprego por setor de atividade; horas trabalhadas; jornada semanal; desemprego por duração; remuneração; salário mínimo definido por lei; despesa pública com mercado de trabalho; beneficiários de programas públicos dirigidos ao mercado de trabalho; PIB baseado no ano fiscal (usado para calcular a despesa pública em % do PIB); Força de trabalho baseada no ano fiscal (usado para calcular a despesa pública com programas para o mercado de trabalho por número de trabalhadores); número de empregados e de filiados aos sindicatos.
Níveis de desagregação	Países da OCDE.

**Organização Internacional do Trabalho (OIT)
LABORSTA Internet**

Tema	Mercado de trabalho
Grande grupo	Ocupação e rendimento
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	http://laborsta.ilo.org
Periodicidade	Anual
Período da série	1945 a 2005
Abrangência geográfica	Países selecionados.
Tipos de indicadores	População total e economicamente ativa; escolaridade; emprego, por setor de atividade, categoria de emprego; desemprego, por idade, escolaridade, por ocupação; horas de trabalho; remuneração; custo da força de trabalho; índice de preços; acidentes de trabalho; dias de trabalho perdidos.
Níveis de desagregação	Países selecionados.

**Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Statistics of Trade Union Membership**

Tema	Mercado de trabalho
Grande grupo	Indicadores sindicais
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	Solicitar através do e-mail: stat@ilo.org
Periodicidade	Anual
Período da série	1980 a 2004
Abrangência geográfica	Países selecionados.
Tipos de indicadores	Número de sindicatos e número de trabalhadores sindicalizados.
Níveis de desagregação	Países selecionados

**Organização Internacional do Trabalho (OIT)
ILOLEX**

Tema	Mercado de trabalho
Grande grupo	Proteção do trabalho
Forma de apresentação	Página na Internet
Localização	http://www.ilo.org/ilolex/english/index.htm
Periodicidade	Irregular
Período da série	1919 a 2006
Abrangência geográfica	Países membros da OIT
Tipos de indicadores	Convenções da OIT, países que ratificam e data da ratificação.
Níveis de desagregação	Países membros da OIT

**Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)
Bases de dados en línea**

Tema	Indicadores sociais
Grande grupo	Condições de vida
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	http://websie.eclac.cl/sisgen/SistemasDisponibles.asp
Periodicidade	Anual
Período da série	1950 a 2050 (inclui estimativas e projeções).
Abrangência geográfica	Países latino-americanos.
Tipos de indicadores	População, por idade e sexo, área urbana e rural; taxa de crescimento da população; esperança de vida ao nascer; taxa de fecundidade e de natalidade; taxa de mortalidade infantil e materna; escolaridade; serviços básicos de saneamento básico; taxa de desemprego; população economicamente ativa; número de ocupados; remuneração média real; salário mínimo real e nominal; população em situação de pobreza e indigência; índice de gini; PIB; índice de preços; gasto público.
Níveis de desagregação	Países latino-americanos.

**Bureau of Labor Statistics
Foreign Labor Statistics**

Tema	Mercado de trabalho
Grande grupo	Produtividade
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	http://www.bls.gov/fls/home.htm
Periodicidade	Anual
Período da série	1975 a 2004
Abrangência geográfica	Países selecionados.
Tipos de indicadores	Índice de preços ao consumidor; PIB per capita e por pessoa empregada; horas pagas; força de trabalho empregada e desempregada; produtividade; custo da mão-de-obra.
Níveis de desagregação	Países selecionados

**Fundo Monetário Internacional
World Economic Outlook**

Tema	Indicadores econômicos
Grande grupo	Desempenho econômico
Forma de apresentação	Banco de dados
Localização	http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2006/02/data/index.htm
Periodicidade	Anual
Período da série	1980 a 2007 (estimativas a partir de 2005).
Abrangência geográfica	Países selecionados.
Tipos de indicadores	PIB; taxa de abertura da economia; investimento; reservas internacionais; taxa de desemprego; população; dívida pública; saldo do balanço de transações correntes.
Níveis de desagregação	Países selecionados.

ANEXO II

RESOLUÇÃO Nº 466, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005.

RESOLUÇÃO Nº 466, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005

Institui, no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, o PLANO PLURIANUAL NACIONAL E ESTADUAL DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA e o CONVÊNIO ÚNICO, visando a integração das funções e ações do Sistema no território.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990,

- considerando que a Lei 7.998/90 e suas alterações posteriores, com a redação dada pela Lei 8.900, de 30 de junho de 1994, em seu art. 2º estabelece que a ação do Seguro-Desemprego deve prover “ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional” funções estas do Sistema Público de Emprego;

- considerando que as resoluções do II Congresso do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda prevêm a estruturação e integração das várias funções e ações básicas e complementares: seguro-desemprego; intermediação de mão-de-obra; orientação profissional; qualificação social e profissional; certificação profissional; fomento às atividades empreendedoras e informações sobre o mercado de trabalho;

- considerando que as resoluções do II Congresso do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda prevêm integrar as ações no mesmo território, evitando superposições; estabelecer padrão de atendimento e organização em todo o território nacional; estabelecer o desenvolvimento de todas as ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR, nos Centros Públicos Integrados de Emprego, Trabalho e Renda, ampliando a ação do SINE;

- considerando que no âmbito de cada uma das políticas do sistema serão previstos mecanismos de acesso preferencial ou ações específicas para os segmentos em condições de vulnerabilidade em relação ao trabalho;
- considerando que as diversas ações serão organizadas por meio de políticas de natureza continuada, permanente e integrada, e de natureza específica, cujas ações tenham duração e objetivos limitados, e sejam voltadas ao atendimento de demandas relacionadas a determinada região, setor ou público prioritário, em articulação com aquelas de natureza continuada;
- considerando a necessidade permanente de aumentar a efetividade social, a qualidade dos serviços públicos, a eficiência e eficácia, com vistas a uma maior inserção do trabalhador em vagas captadas no mercado de trabalho e encaminhamento para atividades autônomas e empreendedoras fortalecendo o desenvolvimento local; resolve:

DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. 1º Instituir, no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, o PLANO PLURIANUAL NACIONAL E ESTADUAL DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA, visando a integração das funções e ações do sistema no território.

§ 1º Compreende-se por funções do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, as ações de habilitação ao seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, qualificação social e profissional, orientação profissional, certificação profissional, pesquisa e informações do trabalho e outras funções e ações definidas pelo CODEFAT que visem à inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e fomento a atividades autônomas e empreendedoras.

§ 2º O Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego deverá submeter ao CODEFAT, até fevereiro de 2006, Termo de Referência do Plano Plurianual Nacional e Estadual do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Art. 2º Caberá ao Ministério do Trabalho e Emprego, em conjunto com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, coordenar o SPETR e estabelecer as normas nacionais que orientarão a organização e o funcionamento do sistema.

Art. 3º O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, celebrará convênios únicos e específicos, em conformidade com as normas estabelecidas pelo CODEFAT.

Parágrafo Único. As ações continuadas serão implementadas por meio do Convênio Único e as ações específicas por meio de Convênio Específico.

DO CONVÊNIO ÚNICO

Art. 4º Fica instituído o Convênio Único, como instrumento federal de integração e operacionalização das funções e ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho, Renda, o qual poderá ser celebrado com estados, Distrito Federal, capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes.

§ 1º Para efeito da referência populacional citada no caput deste artigo será utilizada a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD/IBGE) ou o Censo Populacional (IBGE), dos quais será escolhido o de base estatística mais recente e disponível.

§ 2º Os estados, distrito federal, capitais, e/ou municípios com mais de 300 mil habitantes poderão celebrar contratos com entidades sem fins lucrativos, no âmbito de seus respectivos territórios, para a operacionalização das ações continuadas, previstas no Convênio Único, com rede informatizada e integrada entre os executores no mesmo território.

§ 3º Em cada espaço territorial por ente federativo previsto no §2º deste artigo, o Ministério do Trabalho e Emprego celebrará apenas um Convênio Único voltado à operacionalização das ações continuadas do SPETR.

§ 4º A definição de recursos do FAT para o SPETR levará em conta a preservação do volume global de recursos historicamente destinados às suas ações.

§ 5º A distribuição por estados, capitais, municípios acima de 300 mil habitantes e Distrito Federal, obedecerá critérios de necessidades do mundo do trabalho, sendo baseados, inclusive, na participação das respectivas populações economicamente ativas.

DO CONVÊNIO ESPECÍFICO

Art. 5º O Convênio Específico poderá ser celebrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para o atendimento a demandas limitadas temporalmente, exclusivas de determinada região, setor ou público prioritário, com estados, distrito federal, capitais, e/ou municípios com mais de 300 mil habitantes, e com organizações governamentais, não-governamentais e organizações sindicais.

§ 1º Os governos de que trata o *caput* deste artigo também poderão celebrar Convênio Específico com organizações governamentais, organizações não-governamentais e organizações sindicais, a partir de normas estabelecidas pelo CODEFAT e complementadas pelos conselhos estaduais e municipais de emprego.

§ 2º Para a execução das ações dos programas específicos, o Ministério do Trabalho e Emprego poderá realizar Convênio Específico com as instituições executoras.

DO PLANO ESTADUAL ANUAL DE AÇÃO

Art. 6º O Plano Estadual Anual de Ação respeitará as normas e diretrizes nacionais de operação do SPETR, conforme o previsto no §2º do artigo 1º, aprovadas pelo CODEFAT e pelo MTE, devendo nele constar a distribuição regional das ações, postos de atendimento e a aplicação de recursos do SPETR na unidade da Federação, em conformidade com as especificidades dos mercados de trabalho locais.

§ 1º A elaboração do Plano Estadual Anual de Ação será de responsabilidade da instituição estadual pertencente ao SPETR e será a base para a elaboração do Convênio Único para cada unidade da Federação.

§ 2º O Plano Estadual Anual de Ação, consolidado pela instituição estadual pertencente ao SPETR, será submetido à apreciação e deliberação da Comissão Estadual de Emprego - CEE, ficando vedada sua aprovação por decisão *ad referendum* da comissão.

Art. 7º O Plano Estadual Anual de Ação deverá contemplar também as ações das capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes. Nesses casos, após a deliberação da Comissão Municipal de Emprego - CME, deverão ser realizadas sessões conjuntas da CEE e CME, com a participação de um (1) membro de cada bancada das comissões municipais.

Parágrafo Único. A aprovação das ações dos municípios com mais de 300 mil habitantes deverá contar com, no mínimo, duas sessões específicas, com intervalo mínimo de sete dias.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REMIGIO TODESCHINI

Presidente do CODEFAT

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL:

DE : 26 / 12 / 2005

PÁG.(s) : 135 a 136

SEÇÃO I